



Número: **5028462-90.2019.4.03.0000**

Classe: **HABEAS CORPUS**

Órgão julgador colegiado: **11ª Turma**

Órgão julgador: **Gab. 39 - DES. FED. JOSÉ LUNARDELLI**

Última distribuição : **01/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Processo referência: **5002606-63.2019.4.03.6002**

Assuntos: **Contrabando ou descaminho**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
(PACIENTE)			LUIS GUSTAVO DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO)	
LUIS GUSTAVO DA SILVA PEREIRA (IMPETRANTE)				
Subseção Judiciária de Dourados/MS - 2ª Vara Federal (IMPETRADO)				
Ministério Público Federal (FISCAL DA LEI)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento		Tipo
107730127	16/12/2019 15:56	Ementa		Ementa

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA EM RAZÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DA FIANÇA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

O paciente neste *habeas corpus* foi preso em flagrante no dia 19/10/2019, pela suposta prática do crime de contrabando.

O juízo de origem concedeu-lhe liberdade provisória, mediante o pagamento de fiança no valor de dois salários mínimos (R\$1.996,00).

A permanência do paciente no cárcere, não obstante a concessão de liberdade provisória, constitui forte indicativo de que não possui condições de arcar com o valor arbitrado para recolhimento da fiança.

Na linha de precedentes jurisprudenciais, configura constrangimento ilegal a manutenção da prisão cautelar tão somente diante do não recolhimento da fiança.

Ordem concedida para dispensar o pagamento da fiança, sujeitando o paciente às obrigações constantes dos artigos 327 e 328 do Código de Processo Penal, mantidas as demais medidas cautelares estabelecidas pelo Juízo impetrado.